

# **Gestão Comportamental de Estudantes Bolsistas nos Programas de Mestrado em Contabilidade: Uma análise nos custos e decisões estratégicas na alocação de recursos**

**Marcielle Anzilago** (AVANTIS) - marcianzilago@gmail.com

**Flávio José de Melo** (UFPR) - f.j.melo@uol.com.br

## **Resumo:**

*Este artigo tem como escopo verificar se as bolsas de estudos concedidas nos cursos de Pós-Graduação em nível de Mestrado e Doutorado contemplam todos os custos dos estudantes estabelecidos nos polos onde realizam o curso, bem como, as estratégias na alocação dos recursos realizadas pelos discentes. Foi realizada uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa por meio de uma survey. A população do estudo compreende mestres e doutores bolsistas dos Programas de Pós-graduação Stricto Sensu em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná dos programas de Contabilidade e Administração dos anos de 2012 a 2015. A percepção dos mestres, mestrandos, doutores e doutorandos foi capturada por meio da aplicação de um questionário. Os resultados demonstram que os principais gastos pelos pós-graduandos que recebem esse auxílio são alimentação, habitação, transporte, saúde e educação. Conclui-se que a bolsa é imprescindível para a maioria dos alunos para a realização do curso de pós-graduação, auxiliando nos principais custos aos quais os alunos se submetem devido ao fato de grande parte dos estudantes terem que mudar de domicílio para estudar.*

**Palavras-chave:** *Gestão de custos. Bolsistas mestrado e doutorado. Decisões estratégicas.*

**Área temática:** *Contribuições teóricas para a determinação e a gestão de custos*

## **Gestão Comportamental de Estudantes Bolsistas nos Programas de Mestrado em Contabilidade: Uma análise nos custos e decisões estratégicas na alocação de recursos**

### **Resumo**

Este artigo tem como escopo verificar se as bolsas de estudos concedidas nos cursos de Pós-Graduação em nível de Mestrado e Doutorado contemplam todos os custos dos estudantes estabelecidos nos polos onde realizam o curso, bem como, as estratégias na alocação dos recursos realizadas pelos discentes. Foi realizada uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa por meio de uma *survey*. A população do estudo compreende mestres e doutores bolsistas dos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná dos programas de Contabilidade e Administração dos anos de 2012 a 2015. A percepção dos mestres, mestrandos, doutores e doutorandos foi capturada por meio da aplicação de um questionário. Os resultados demonstram que os principais gastos pelos pós-graduandos que recebem esse auxílio são alimentação, habitação, transporte, saúde e educação. Conclui-se que a bolsa é imprescindível para a maioria dos alunos para a realização do curso de pós-graduação, auxiliando nos principais custos aos quais os alunos se submetem devido ao fato de grande parte dos estudantes terem que mudar de domicílio para estudar.

Palavras-chave: Gestão de custos. Bolsistas mestrado e doutorado. Decisões estratégicas.

Área Temática: 6. Contribuições teóricas para a determinação e a gestão de custos

### **1 Introdução**

A formação docente no Brasil, seja em nível de educação básica ou superior, está intrinsecamente ligado à pós-graduação. A formação em nível de mestrado e doutorado, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional está direcionada a atender o magistério superior. Entretanto, o sistema de pós-graduação brasileiro está organizado nas modalidades *lato sensu*, com duração mínima de 360 horas, que compreende os cursos de especialização, aperfeiçoamento e atualização profissional, presencial e a distância.

Os cursos de *Stricto Sensu* são direcionados para a continuidade da formação científica e acadêmica, como mestrado e doutorado, de alunos com nível superior. O curso de mestrado tem a duração de até 24 meses, período no qual o aluno desenvolve a dissertação e cursa as disciplinas coerentes à sua pesquisa, enquanto no doutorado a duração é de até 48 meses.

Segundo Melo e Luz (2005) com a expansão das Instituições de ensino superior privadas, e com a exigência da qualificação do corpo docente na pós-graduação como critério na avaliação institucional no campo educacional, e como referencial de qualidade da educação, os programas *stricto sensu* vêm se tornando uma necessidade competitiva para os profissionais que atuam na área.

Nesse contexto, os estudantes ingressantes nos cursos de Pós-Graduação devem atender as condições necessárias para concessão de bolsas para alunos ingressantes nos programas de Pós-Graduação que estabelecem como requisitos: A matrícula regular do aluno beneficiário da bolsa no curso; dedicação integral às atividades acadêmicas e de pesquisa; ser selecionado e indicado pela coordenação do curso; não ser aposentado, estar em gozo de licença ou afastamento sem remuneração/salário e não receber vencimento proveniente de vínculo empregatício, concomitante com a bolsa do CNPq, salvo exceção de contrato como

professor substituto nas instituições públicas de ensino superior, desde que devidamente autorizado pela coordenação e docentes e pesquisadores de instituições de ensino e pesquisa, matriculados em cursos de Pós-Graduação com conceito 5, 6 ou 7 e distantes mais de 250 km da instituição de origem.

Os Programas de Pós-Graduação, além dos requisitos já citados, exige do pós-graduando ser classificado no processo seletivo; comprovação de desempenho acadêmico satisfatório, consoante às normas definidas pela instituição; fixar residência na cidade do curso; realizar estágio docência; não ser aluno em programa de residência médica e aos servidores públicos beneficiados com bolsas de mestrado e doutorado deverá permanecer no exercício de suas funções, após o seu retorno, por um período igual ao de afastamento.

As diretrizes no processo para concessão de bolsas de estudos elaboradas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), determina que o auxílio deve atender há critérios, requisitos, documentos e orientações necessários à concessão, implementação e acompanhamento das bolsas de mestrado e doutorado no País.

Para Morgan (2004), na educação superior o custo para o indivíduo consiste no sacrifício de recursos que o aluno tem para frequentar a universidade, dentre estes destacam-se: aquisição de livros, materiais de laboratório, fotocópias, taxas e mensalidades, nos casos das universidades particulares. Além do custo para o indivíduo, tem-se o custo da instituição, que representa o sacrifício da sociedade para fornecer a educação superior. Portanto, o sacrifício total para obtenção da educação superior é determinado pela soma do custo para o indivíduo e o da instituição.

Neste sentido, estas diretrizes curriculares buscam incentivar uma adequada formação geral, necessária para que o discente do curso de Pós-Graduação em contabilidade tenha capacidade para custear as atividades educacionais, superar os desafios inerentes ao exercício profissional, visando uma progressiva autonomia intelectual do discente. Além disso, promover habilidades e competências, julgada relevante para a área de formação, fortalecendo a articulação da teoria com a prática.

Diante destes questionamentos a questão problema que orienta esse estudo nos levam há algumas reflexões: As bolsas de fomento a estudos nos programas de Mestrado e Doutorado são suficientes para custear todas as despesas dos discentes bolsistas durante o curso, bem como, quais os critérios adotados pelos bolsistas na aplicação desse recurso.

A pesquisa teve como objetivo verificar se as bolsas de estudos concedidas nos cursos de Pós-Graduação em nível de Mestrado e Doutorado contemplam todos os custos dos estudantes estabelecidos nos polos onde realizam o curso, bem como, as estratégias na alocação dos recursos realizadas pelos discentes.

Na literatura brasileira uma das lacunas observada evidencia que a maioria dos estudos são direcionado a qualidade da educação e o custo por aluno em cada instituição de ensino de Pós-Graduação, esse estudo se justifica pela abordagem sob a óticas dos estudantes provenientes de regiões distintas e a forma de como se realizam a alocação de recursos concedidas por órgãos de fomento a formação de professores.

O artigo está estruturado em seis seções: Inicialmente uma breve introdução, seguida do referencial teórico; procedimentos metodológicos; exposição dos resultados, considerações finais e referências.

## **2 Referencial Teórico**

Nesta seção apresentam-se os aspectos que respaldaram teoricamente este estudo. Primeiramente expõem-se sobre as diretrizes educacionais, na sequência, explora-se sobre a política de concessão de bolsas e em seguida o custo de oportunidade.

## 2.1 Teoria Comportamental e Diretrizes Educacionais

A teoria comportamental deu-se origem na primeira metade do século XX, cujo seu fundador fora J. B. Watson (1878-1958), que ficou conhecido por meio de um manifesto ocorrido em 1913. O crescimento do investimento em educação (capital humano) é um fenômeno crescente, visto que o conhecimento científico e a pesquisa acadêmica tornaram-se forças propulsoras da economia, promovendo oportunidades de inovação, geração de novas tecnologias e modalidades de trabalho (CRAWFORD, 1994).

Nos últimos anos, ocorreram avanços significativos em relação à formação de docentes no Brasil, não apenas em termos de legislação, mas também em relação à produção do conhecimento acadêmico (PLETSCH, 2009). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96), destaca-se como marco jurídico-institucional fundamental, com objetivo de iniciar um processo de mudanças em todos os níveis da educação, os quais foram reorganizados em educação básica e ensino superior. A LDB dedica-se também à formação de docentes, assinalando os fundamentos metodológicos, os tipos e as modalidades de ensino, bem como as instituições responsáveis pelos cursos de formação inicial dos professores.

Rodrigues (2006) afirma que a concepção de comportamento humano, para o behaviorismo radical ou skinneriano, não diz respeito apenas a eventos observáveis, visto que inclui eventos internos ou comportamentos encobertos, como pensamentos, sentimentos, cognições, sonhos, entre outros. A principal diferença entre a concepção de comportamento behaviorista radical e a das demais psicologias é que eventos encobertos são também comportamento. Alvitte (1997) apud Rodrigues (2006), afirmam que é uma prática coercitiva, que faz uso de autoritarismo para conseguir os comportamentos desejados. É uma relação que se traduz num tipo de adestramento em que o aluno deve adquirir o comportamento previsto e planejado pelo professor. Não há assim apelo à imaginação, à criatividade. Além disso, não é tomada em consideração a proveniência de classe de cada aluno, suas diferenças individuais, enfim, sua vida concreta.

Assim segundo Fermoseli *et al.* (2013), deve-se considerar o repertório comportamental de cada acadêmico, pois cada acadêmico é único e cada um tem uma história de contingências diferentes. O autor ainda comenta que torna-se difícil entender o processo de aprendizagem sem se considerar a história de interações de cada indivíduo. Costa (2004) afirma que o comportamento de cada indivíduo é modelado por contingências no contexto no qual está inserido, assim é imprescindível fazer a análise funcional de cada aluno para saber suas falhas e suas habilidades.

## 2.2 Políticas na concessão de bolsas nos níveis de Mestrado e Doutorado

As políticas educacionais adotadas pelos órgãos competentes, estão abordando uma visão econômica para resultados de ensino e pesquisa, em um contexto mais amplo, isto reflete maior demanda por políticas educacionais baseadas em evidências, ou seja, para haver mais ou menos investimentos em determinado campo, existe a necessidade e a evidência de resultados (MACHIN, 2014). A política baseada em evidências serve para que autoridades competentes possam tomar suas decisões, com base no agrupamento de informações referentes aos produtos e resultados de cada área e programa de educação (CHAPMAN, 2013). A coordenação do programa de pós-graduação e os candidatos ao curso também podem se basear em tais evidências. Neste sentido, os custos são importantes na mensuração dos resultados.

Agências de fomento, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), colaboram para o alcance de metas nacionais por meio da distribuição de bolsas de estudo para mestrandos e doutorandos, que podem despertar o interesse por estes níveis de instrução. Essas bolsas tendem a auxiliar nos custos para o aluno, porém, pode haver

casos em que o ingressante auferir renda superior ao valor da bolsa, incorrendo em maiores custos caso opte pela dedicação exclusiva ao curso.

Segundo Cunha (1974) os três principais argumentos que motivaram a formação do sistema de cursos de pós-graduação no Brasil foram: formar professores qualificados e competentes para atender à expansão quantitativa do ensino superior; estimular o desenvolvimento da pesquisa científica e assegurar padrões de excelência com capacitação do mais alto nível.

São deveres do bolsista segundo Capes (2015), dedicar-se integral e exclusivamente às atividades de pesquisa ou ensino/pesquisa determinados pelo curso; manter o currículo atualizado na Plataforma Lattes, registrando a condição de bolsista do CNPq; ressarcir o CNPq quanto aos recursos pagos em seu proveito, atualizados pelo valor da mensalidade vigente no mês da devolução, no caso de abandono ou desistência de própria iniciativa, sem motivo de força maior, ou pelo não cumprimento das disposições normativas, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data em que se configurar o abandono ou desistência. Não cumprido o prazo citado, o débito será atualizado monetariamente, acrescido dos encargos legais nos termos da lei (IN 35/2000, Art. 11, III, TCU); devolver ao CNPq eventuais benefícios pagos indevidamente. Os valores a serem devolvidos podem ser deduzidos das mensalidades no caso de beneficiários com bolsas ativas, ou ser objeto de cobrança administrativa; encaminhar ao coordenador do curso relatório técnico final e, no caso de doutorado, cópia da prestação de contas das taxas de bancadas efetivamente recebidas; e encaminhar ao CNPq, em formulário eletrônico específico, relatório técnico final e prestação de contas das taxas de bancada com a aprovação do orientador.

A vigência das bolsas para mestrado é até 24 (vinte e quatro) meses, improrrogáveis e doutorado regular, até 48 (quarenta e oito) meses, improrrogáveis (CAPES, 2015). A Concessões e Implementação das bolsas são concedidas exclusivamente aos cursos de pós-graduação, a quem compete definir os critérios de alocação final.

O CNPq adota para concessões de quotas novas de bolsas a avaliação dos cursos feita pela CAPES e modulada por critérios próprios do CNPq. As concessões serão feitas em função das disponibilidades contidas no orçamento do CNPq aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República ao final de cada ano. Perante o CNPq, o Coordenador do curso será responsável pela indicação dos alunos que receberão bolsas e pela emissão do Termo de Aceitação da bolsa que será retido na secretaria do curso pelo menos por cinco anos após a emissão. O Coordenador é também responsável pelo acompanhamento, suspensão, cancelamento e substituição de bolsistas bem como por toda e qualquer comunicação entre o curso e o CNPq (CAMARGO, 2005).

### **2.3 Custo de Oportunidade**

O custo de oportunidade pode ser visto como uma parte do estudo do comportamento humano ou um elemento da teoria econômica, o qual está relacionado com a tomada de decisão (HEYMANN; BLOOM, 1990). Para o comportamento humano, a tomada de decisão é derivada de um conjunto de aspectos diferentes, já para a teoria econômica, o que o tomador de decisão quer e deseja não pode ser satisfeito por causa do limite dos recursos econômicos (HEYMANN; BLOOM, 1990). Em função do limite dos recursos, existe uma situação de escolha a ser realizada, dessa maneira, a aceitação de uma alternativa irá excluir a aceitação de outras, e o abandono de uma alternativa, ou alternativas, representa o custo de oportunidade do tomador de decisão (MACHADO; SILVA; MACHADO, 2014).

O conceito de custo de oportunidade é composto pelas alternativas abandonadas ao se optar por um curso de ação, as quais nunca podem ser esquecidas na análise gerencial de uma decisão (CARVALHO JUNIOR *et al.*, 2009). No mesmo sentido, Pereira *et al.* (1990) argumentam que o custo de oportunidade pressupõe a uma alternativa viável, existente para o

indivíduo, pressupõe-se, também, uma decisão efetiva sendo tomada acarretando o sacrifício/abandono de outras que não foram escolhidas.

Pode-se inferir que o custo de oportunidade pressupõe a existência de duas ou mais alternativas viáveis, outro aspecto relevante é que a opção de uma alternativa implica no abandono ou sacrifício da(s) não escolhida(s), sendo assim, o custo de oportunidade da alternativa escolhida é o custo da alternativa abandonada que lhe proporcionaria maior satisfação (PEREIRA *et al.*, 1990; BEUREN, 1993).

Na decisão de optar ou não pela educação ou docência, há fatores subjacentes que influenciam na tomada de decisão, como emprego que garantirá renda, ao optar-se pela educação, a renda pode ficar totalmente ou parcialmente comprometida, pois o tempo exigido dos programas de pós-graduação ou até mesmo gastos nas atividades do programa não de para conciliar com o trabalho (KASSOUF; DORMAN; ALMEIDA, 2005).

O custo de oportunidade é, por vezes, tratado como sinônimo de custo afundado (*sunk cost*), o efeito causado pelo custo afundado possui relação direta com a aversão à perda, à vacância e gera mais compromisso. Além disso, caso não se alcance o que se pretendia, esse tipo de custo termina em um arrependimento por parte do decisor, já que despendeu seus recursos de forma ineficiente (ASHRAF; BERRY; SHAPIRO, 2010).

Este tipo de custo, é proveniente para os alunos de mestrado/doutorado porque envolve diversas opções deixadas ou postas de lado em função do curso, como: propostas de emprego; redução da jornada de trabalho (redução salarial); demissões de seus empregos anteriores (em função da carga horária do programa ou dedicação exclusiva por meio de concessão de bolsas); e outras oportunidades deixadas em função de gastos com o programa de pós-graduação (KASSOUF; DORMAN; ALMEIDA, 2005).

### **3 Metodologia**

Esta pesquisa é classificada como descritiva com abordagem quantitativa por meio de uma *survey*. A população do estudo compreende mestres e doutores bolsistas dos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná dos programas de Contabilidade e Administração dos anos de 2012 a 2015. A percepção dos mestres, mestrandos, doutores e doutorandos foi capturada por meio da aplicação de um questionário.

O instrumento de pesquisa foi direcionado aos mestres, mestrandos, doutores e doutorandos da Universidade Federal do Paraná dos cursos de Contabilidade e Administração nos anos de 2012 a 2015, perfazendo 100 profissionais e estudantes. Para a coleta de dados utilizou-se o questionário elaborado pelos autores, composto de 16 assertivas. Para validação do instrumento realizou-se teste piloto com alunos do mestrado e pesquisadores para verificar a compreensibilidade das assertivas, sendo as alterações sugeridas acatadas.

Com relação ao procedimento de coleta de dados, o contato com os profissionais e estudantes deu-se via e-mail, expondo os objetivos e motivos da pesquisa. O envio do questionário aos profissionais e estudantes foi realizado por meio da ferramenta *Google Docs*. O questionário foi enviado nos meses de junho e julho de 2015. Foram recebidos 53 questionários.

Para a análise dos dados utilizou-se estatística descritiva, a qual busca descrever os fenômenos pesquisados.

### **4 Análise dos resultados**

A apresentação dos resultados deste estudo está dividida em duas partes. A primeira parte evidenciar uma breve análise descritiva dos entrevistados e programas ao qual estão vinculados, observando o perfil quanto ao gênero, raça, região, idade, programa e curso.

Posteriormente, são analisados os gastos que comprometem a renda com o apoio financeiro que advém da concessão da bolsa.

Na Tabela 1, demonstra-se a estatística descritiva das variáveis: gênero, raça, região, idade, programa ao qual o aluno está vinculado e o curso.

Tabela 1. Estatística descritiva

Variável	Descrição	Frequência	Percentual
Gênero	Masculino	28	53%
	Feminino	25	47%
Raça	Branco	50	94%
	Pardo	2	4%
	Negro	1	2%
Região	Sul	48	90%
	Centro Oeste	2	4%
	Sudeste	2	4%
	Nordeste	1	2%
Idade	Entre 18 e 30 anos	32	60%
	Entre 31 e 45 anos	16	30%
	Acima de 41 anos	5	10%
Programa	PPGCONT	29	55%
	PPGADM	24	45%
Curso	Mestrado	46	86%
	Doutorado	7	14%

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Pode-se observar conforme demonstrado na Tabela 1 que, as predominâncias dos bolsistas dos programas de pós-graduação são do sexo feminino correspondendo a 53% contra 47% do sexo masculino. Em relação a raça a predominância da branca com 94% dos respondentes, seguido por pardo com 4% e negros com 2%. Além disso, observou-se uma maior predominância de pós-graduandos (bolsistas) da região Sul nos cursos de pós-graduação *Strictu Senso* nos programas de Administração e Contabilidade da UFPR, com um montante de 90% dos respondentes, seguidos por alunos das regiões centro-oeste com 4%, Sudeste com 4% e Nordeste com 1%.

O perfil dos bolsistas quanto à idade, demonstra que a grande maioria dos estudantes está na faixa etária dos 18 a 30 anos, correspondendo a 60% dos entrevistados. Entretanto, observa-se uma maior concentração de respondentes do programa de pós-graduação em Contabilidade com 55% e do programa de mestrado com 86%. O fato de a maioria dos respondentes serem do curso de mestrado está relacionado ao número de vagas disponibilizadas pelos programas nos processos seletivos, sendo para o curso de mestrado um número maior de vagas enquanto que no doutorado possui um número bem inferior ao número de vagas do mestrado.

Araújo *et al.* (2011) analisou a percepção dos alunos bolsistas do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Estadual Paulista-UNESP, segundo os autores os recursos são fundamentais para a permanência e desempenho dos acadêmicos, as despesas pagas pelos estudantes são para financiar principalmente gastos com alimentação e moradia.

Na Tabela 2 aborda-se a responsabilidade dos bolsistas em relação aos gastos de seu domicílio.

Tabela 2. Responsabilidade econômica no custeio das despesas dos bolsistas no domicílio

Variáveis	Quantidade	Frequência
Financeiramente independente	14	26%
Divido o sustento da casa com outros estudantes	14	26%
Principal responsável pelo sustento da casa	9	17%
Não possui rendimentos	8	16%
Divido as despesas da casa com meu companheiro ou familiares	4	8%
Trabalho, mas recebe ajuda financeira	3	5%
Sou bolsista e responsável pelo meu sustento	1	2%
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Em relação à responsabilidade do bolsista no custeio das despesas no domicílio, 26% dos respondentes se declararam independentes financeiramente, 26% declararam dividir o sustento com colegas, 17% declararam que são os principais responsáveis pelas despesas da casa, 16% declararam que não possuem outro rendimento a não ser a bolsa, 8% dividem seu sustento com familiares, 5% trabalham e recebem algum tipo de auxílio financeiro e 2% declararam que são responsáveis pelo seu sustento. Pode-se inferir a partir desses dados que a maioria dos estudantes de pós-graduação *strictu Sensu* pesquisados necessitam da bolsa para manter no programa.

Nesse estudo contactou-se que 51% dos estudantes relatam possuir algum tipo de auxílio fora a bolsa e 49% disseram não receber nenhuma ajuda a não ser a bolsa fornecida pelo programa. A partir dos resultados percebe-se uma forte relação da dependência dos pós-graduandos em relação ao auxílio recebido mensalmente para a realização do curso, pois na maioria das vezes os alunos não residem na cidade onde o curso é ofertado.

Tabela 3. Dificuldades emocionais que mais interferem no desempenho acadêmico

Variáveis	Quantidade	Frequência
Ansiedade	20	38%
Ansiedade, Insônia ou alterações significativas de sono	9	18%
Ansiedade, Depressão, Medo/Pânico, Insônia ou alterações significativas de sono, Sensação de desamparo/desespero, Problemas alimentares	6	11%
Ansiedade, medo, sensação de desamparo	6	11%
Não possui	5	9%
Ansiedade, Problemas alimentares	5	9%
Depressão	2	4%
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Observa-se na Tabela 3 que, as dificuldades emocionais associadas a gestão dos recursos financeiro permitiu captar algumas características sobre o perfil dos entrevistados. Conforme dados da Tabela 3, pode-se perceber que a maioria dos pós-graduandos possui alguma dificuldade emocional relacionada ao curso realizado, 38% relatam ser ansiosos, 18% relatam ser ansiosos, ter insônia ou alterações significativas de sono, 11% relatam possuir alterações significativas de sono, sensação de desamparo/desespero e problemas alimentares, 11% relatam possuir ansiedade, medo, sensação de desamparo, 9% relataram não mudar nada em seus aspectos emocionais, 9% descrevem ansiedade e problemas alimentares como principais dificuldade emocionais e outros 4% se tornam depressivos. Essas dificuldades emocionais podem estar relacionadas a constante pressão suportada pelos pós-graduando ou pela mudança repentina de suas rotinas e até mesmo pelo fato de residir longe de familiares e amigos.

Pôde-se observar que a expectativa dos alunos com relação a aspectos ligados a dificuldade financeira leva a maioria dos estudantes a comprometer o desempenho acadêmico,

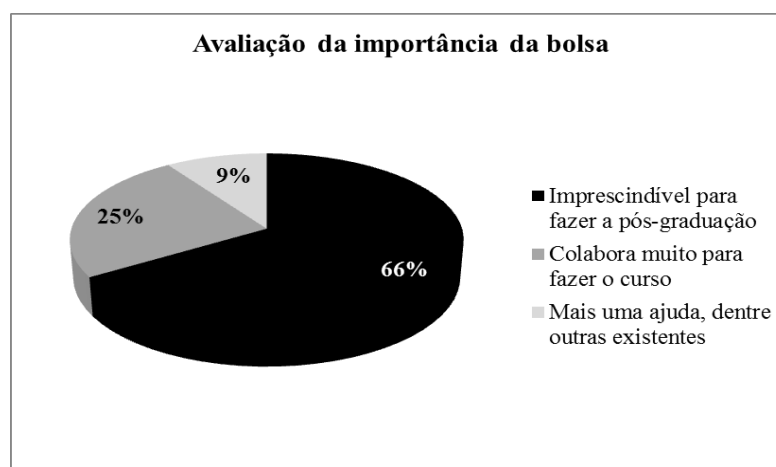


uma vez que apenas 9% relataram que a gestão dos recursos não se interliga a fatores de caráter emocional. Esses resultados evidenciam que os problemas financeiros afetam a vida acadêmica e reflete em dilemas emocionais.

Pfeiffer (2001) destaca que na literatura há uma série de intervenções e terapias que ajudam estudantes de graduação e pós-graduação a lidar com o stress de forma eficaz. A abordagem cognitiva permite ao aluno adquirir habilidades para lidar e controlar estressores, a terapia de relaxamento, o apoio social da família e os amigos, são considerados fortes aliados na redução da ansiedade dos estudantes e podem ajudar a aliviar esses sintomas.

Na Figura 1, traz-se a avaliação da importância da bolsa como meio de auxílio aos estudantes dos programas de pós-graduação.

Figura 1. Relevância da bolsa aos estudantes



Fonte: Dados da pesquisa (2015)

A figura 1 demonstra o grau de importância que a bolsa concedida aos discentes representa para sua trajetória acadêmica. Conforme dados dos respondentes percebe-se que 66% dos acadêmicos acham a bolsa como imprescindível para a realização da pós-graduação, 25% relatam que a bolsa colabora muito na realização do curso e 9% relatam que a bolsa é mais um auxílio aos estudantes.

O estudo constatou que a maioria dos pós-graduandos gastam mais do que ganham (40%) ou igual ao que ganha (35%), o percentual dos que gastam menos do que ganham chega nos 25%. Os gastos a mais podem corresponder aos aspectos de moradia, alimentação e transporte, visto que a maioria dos estudantes não reside na cidade onde é oferecido o curso. Outra evidencia desse estudo revelou a frequência em que os pós-graduandos conseguem poupar. Nesse quesito, 28% dos alunos conseguem poupar algumas vezes, enquanto que outros 23% raramente conseguem poupar e outros 23% sempre conseguem poupar, 19% relataram que conseguem poupar com frequência e apenas 8% não conseguem poupar em nenhum momento durante o período da realização do curso.

Para financiar os estudos, os estudantes relataram recorrer a outros tipos de financiamento, além da bolsa, para complementar as despesas efetivamente geradas. A principal forma de crédito para suprir essas necessidades foi o cartão de crédito com 55%, 17% relatam utilizar o cheque especial e 15% possuem financiamento de imóvel, 6% não utilizam nenhuma forma de crédito e os demais respondentes destacaram que suprem suas necessidades com créditos familiares (4%), Empréstimo (2%) e economias (2%). No entanto, para a maioria dos estudantes as principais razões para a necessidade de utilização desses créditos são à falta de planejamento, altos custos levando em consideração que a bolsa não é suficiente para suprir todas as necessidades e problemas com saúde.

Na Tabela 4, são apresentadas as principais despesas que os estudantes realizam com o valor repassado, representados pela concessão da bolsa de estudos.

Tabela 4. Despesas, custeadas pela concessão da bolsa, que comprometem a renda

Variáveis	Quantidade	Frequência
Compra de materiais didáticos	18	34%
Nenhuma, pois não sobra valores da bolsa para esses itens	14	26%
Compra de materiais didáticos, Taxas universitárias, Custeio na participação em eventos científicos, Despesas com viagens e alojamento	7	13%
Custeio na participação em eventos científicos	6	11%
Despesas com viagens e alojamento	4	8%
Taxas universitárias	4	8%
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Os principais gastos relatados pelos estudantes foram representados pela compra de material didático com 34% dos respondentes, 26% relatam não conseguir custear outras despesas com a bolsa a não ser a de moradia e alimentação, 13% relataram comprar materiais didáticos, taxas, participação em eventos e despesas com viagens, 11% utiliza a bolsa como meio de pagamento em eventos científicos e 8% utilizam a bolsa como meio de custeio despesas com viagens e hospedagem e taxas universitárias.

Ribeiro *et al.* (2009) verificou a propensão ao endividamento e a influência de fatores comportamentais (materialismo e uso de cartão de crédito) e de perfil (gênero, idade e religião) em uma amostra de 168 estudantes. Seus achados demonstraram que em média, os estudantes do Curso de Administração são pouco propensos ao endividamento e conseguem gastar menos do que arrecadam, economizando parte de seus rendimentos. Entretanto o gênero feminino mostrou-se mais propensos ao endividamento, bem como os indivíduos mais religiosos.

Na Tabela 5 aborda-se as necessidades acadêmicas básicas a qual a bolsa contribui nos gastos dos estudantes bolsistas.

Tabela 5. Necessidades acadêmicas básicas que a bolsa de estudo contribui no custeio das atividades dos estudantes

Variáveis	Quantidade	Frequência
Alimentação, Habitação, Transporte, Educação	23	43%
Alimentação, Saúde, Transporte, Vestuário, Lazer e diversão, Educação	19	36%
Habitação	6	11%
Alimentação	2	4%
Lazer e diversão	2	4%
Educação	1	2%
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Observa-se que os principais gastos considerados pelos estudantes são alimentação, habitação, transporte e educação com 43% dos respondentes, alimentação, saúde, transporte, vestuário, lazer e diversão e educação ficou com 36% dos respondentes, habitação 11%, alimentação 4%, lazer e diversão 4% e educação 4%.

O mercado de trabalho para a maioria dos mestres titulados no Brasil geralmente direciona a atuação desses profissionais para academia (universidades e instituições de pesquisa), correspondendo a quase metade dos egressos segundo a pesquisa dos autores, em outros segmentos ocupacionais também foram constatados um numero expressivo na administração pública e privada. Em contrapartida, os profissionais com titulação de doutores há um forte predomínio nas atividades acadêmicas (VELLOSO, 2004).

## 6 Considerações finais

A pesquisa teve como objetivo verificar se as bolsas de estudos concedidas nos cursos de Pós-Graduação em nível de Mestrado e Doutorado contemplam todos os custos dos estudantes estabelecidos nos polos onde realizam o curso, bem como, as estratégias na alocação dos recursos realizadas pelos discentes, visto que a maioria dos mesmos não residem na cidade onde o curso é ofertado.

Conforme dados dos respondentes percebe-se que 66% dos acadêmicos veem a bolsa como imprescindível para a realização da pós-graduação, 25% relatam que a bolsa colabora muito na realização do curso e 5% relatam que a bolsa é mais um auxílio aos estudantes. O estudo também constatou que a maioria dos pós-graduandos gastam mais do que ganham (40%) ou igual ao que ganha (35%), o percentual dos que gastam menos do que ganham chega nos 25%.

Neste sentido demonstra-se a importância dos programas de bolsas como auxílio para os estudantes de pós-graduação. Percebe-se que os principais gastos pelos pós-graduandos que recebem esse auxílio são alimentação, habitação, transporte, saúde e educação. Para muitos pós-graduandos somente a bolsa não é suficiente, 51% relatam possuir algum tipo de auxílio fora a bolsa e 49% disseram não receber nenhuma ajuda a não ser a bolsa fornecida pelo programa. A partir dos resultados percebe-se uma forte relação da dependência dos pós-graduandos em relação ao auxílio recebido mensalmente para a realização do curso.

Pôde-se observar que a expectativa dos alunos com relação a aspectos ligados a dificuldade financeira leva a maioria dos estudantes a comprometer o desempenho acadêmico, uma vez que apenas 9% relataram que a gestão dos recursos não se interliga a fatores de caráter emocional. Esses resultados evidenciam que os problemas financeiros afetam a vida acadêmica e reflete em dilemas emocionais.

As dificuldades emocionais associadas a gestão dos recursos financeiro e a pressão imposta pelos programas de pós-graduação aos seus acadêmicos permitiu captar algumas características. Percebe-se que a maioria dos pós-graduandos possui alguma dificuldade emocional relacionada ao curso realizado, 38% são ansiosos, 18% são ansiosos, tem insônia ou alterações significativas de sono, 11% possuem alterações significativas de sono, sensação de desamparo/desespero e problemas alimentares, 11% possuem ansiedade, medo, sensação de desamparo, 9% relataram não mudar nada em seus aspectos emocionais, 9% descrevem ansiedade e problemas alimentares como principais dificuldade emocionais e outros 4% se tornam depressivos. Essas dificuldades emocionais podem estar relacionadas a constante pressão suportada pelos pós-graduandos ou pela mudança repentina de suas rotinas e até mesmo pelo fato de residir longe de familiares e amigos.

Conclui-se que a bolsa é imprescindível para a maioria dos alunos para a realização do curso de pós-graduação, auxiliando nos principais custos aos quais os alunos se submetem, relacionados, a habitação, alimentação e ao transporte devido ao fato de grande parte dos estudantes terem que mudar de domicílio para estudar.

Este estudo limita-se aos estudantes da Universidade Federal do Paraná, não podendo os resultados serem generalizados. Como sugestão de estudos futuros, sugere-se estudos em outras universidades a fim de comparação. Este estudo contribui como meio de gestão as universidades em relação as políticas de bolsas.

## Referências

ARAÚJO, M. A. M, et. al. O impacto da Política de Permanência Estudantil na UNESP - A Percepção do aluno bolsista. **Rev. Ciênc. Ext.** v.7, n.2, p.16, 2011.

ASHRAF, N.; BERRY, J.; SHAPIRO, J. M. Can higher prices stimulate product use? Evidence from a field experiment in Zambia. **American Economic Review**, v. 100, p. 2383–2413, 2010.

BEUREN, I. M. Conceituação e contabilização do custo de oportunidade. **Caderno de estudos**, v. 8, p. 01-12, 1993.

CAMARGO, E. P. **Bolsas de Mestrado e Doutorado no País**. Brasília, 25 de novembro de 2005. Disponível em: <[http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal\\_content/56\\_INSTANCE\\_0oED/10157/60170](http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/60170)>. Acesso em: 15 agos. 2015.

CHAPMAN, B.; LOUNKAEW, K. Introduction to the special issue on Economic Research for Education Policy. **Economics of Education Review**, v. 37, p. 200–203, 2013.

COSTA, J. S. **Análise do comportamento aplicada à prática pedagógica na educação infantil**. Psicologia. pt o portal dos psicólogos. Teresina, jun, 2013

CRAWFORD, R. **Na era do capital humano: o talento, a inteligência e o conhecimento como forças econômicas. Seu impacto nas empresas e nas decisões de investimento**. São Paulo: Atlas, 1994.

CUNHA, L. A. C. R. A pós-graduação no Brasil: função técnica e função social. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 5, p. 66-70, set./out. 1974a.

FERMOSELI, A. F. O.; JÚNIOR, G. A. S.; MACHADO, A. R.; RODRIGUES, J. P. L. V.; SILVA NETO, L. W. M. C. Caracterização Comportamental de Alunos em Escolas de Maceió: comparação entre as percepções de pais e professores. **Cadernos de graduação ciências biológicas e da saúde Fits**. Maceió, v.1, n.2, maio, 2013, p.145-164

HEYMANN, Hans G.; BLOOM, Robert. Opportunity cost in finance and accounting. Westport, CT: Quorum Books, 1990.

KASSOUF, A. L.; DORMAN, P.; ALMEIDA, A. N.; Costs and benefits of eliminating child labour in Brazil. **Economia Aplicada**, v. 9, n. 3, p. 343, 2005.

MACHADO, M. R. R.; SILVA, C. A. T.; MACHADO, L. S. Custo de oportunidade para a parte autora em processos judiciais eletrônicos: um estudo na Procuradoria da União em Goiás. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 5, p. 1165-1189, 2014.

MACHIN, S. Economics of Education Research and Its Role in the Making of Education Policy. **Fiscal Studies**, v. 35, n. 1, p. 1–18, 2014.

MORGAN, B. F. **A determinação do custo do ensino na educação superior: o caso da Universidade de Brasília**. 2004. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) — Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal. Disponível em: <[www.unb.br/face/Disserta\\_Beatriz\\_Fatima.pdf](http://www.unb.br/face/Disserta_Beatriz_Fatima.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2005.

PEREIRA, A. C.; SOUZA, B. F.; REDAELLI, D. R.; IMONIANA, J. O. Custo de oportunidade: conceitos e contabilização. **Caderno de estudos**, n.2, p. 01-24, 1990.

PLETSCH, M. D. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar**, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009.

RIBEIRO, C. A.; VIEIRA, K. M.; SANTOS, J. H. A.; TRINDADE, L. L.; MALLMANN, E. I. Finanças pessoais: análise dos gastos e da propensão ao endividamento em estudantes de administração. **Anais do Seminário em Administração**, São Paulo, SP, Brasil, 12. Agosto, 2009.

RODRIGUES, M. E. Orientado por: JÚNIOR, G. A. S. Behaviorismo: Mitos, Discordâncias, Conceitos e Preconceitos. **Educere et Educare: Revista de educação**, v. 1, n.2, p. 141-164, jul./dez., 2006.

VELLOSO, J. Mestres e doutores no país: destinos profissionais e política de pós-graduação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 34, v. 123, p. 583-611. 2004.

Congresso Brasileiro de Custos